

O AUMENTO DA EXPLORAÇÃO CAPITALISTA. O FRACASSO DO NEOLIBERALISMO E DA SOCIAL-DEMOCRACIA. O SOCIALISMO COMO SOLUÇÃO PARA O PROLETARIADO.

A grave crise do sistema capitalista tem provocado por parte das classes dominantes uma reação cada vez mais agressiva contra as massas exploradas. A ofensiva neocolonialista nos países subjugados e os ataques aos direitos conquistados pelos trabalhadores demonstram que a classe burguesa não mede consequências para manter sua condição de hegemonia

O mundo caminha para uma nova partilha entre as potências imperialistas. Na defesa de seus interesses os capitalistas mostram o desprezo da burguesia pela soberania das nações, pelos direitos humanos e pela vida. Para implementação de seus planos de rapina recorrem a medidas que vão desde ações político-midiáticas, passando pelo financiamento de grupos mercenários, até o uso do mais moderno e destrutivo arsenal bélico disponível. O único objetivo é dar mais algum tempo de sobrevida ao já moribundo sistema de exploração.

Enquanto é preparada uma nova guerra de proporções mundiais com consequências catastróficas, a classe dominante utiliza todo o aparato estatal para respaldar suas ações na dilapidação do patrimônio público, a fim de coletivizar a crise e proteger seus lucros. Garantem para si a concentração das riquezas, reduzindo direitos dos trabalhadores, aumentando impostos e anistando as dívidas dos grandes monopólios financeiros e industriais. Através de massiva campanha de propaganda tentam desmobilizar os explorados convencendo-os da falaciosa necessidade de implementação das chamadas medidas de austeridade.

Os níveis de exploração das massas trabalhadoras passam a um estágio insuportável à medida que um punhado de poderosos expande seus domínios e aumenta de forma desenfreada suas fortunas. A esmagadora maioria da população mundial é lançada a um futuro cuja perspectiva é a miséria.

Para a classe operária não há outra saída senão o caminho da luta pelo fim do sistema capitalista. Para postergar a queda deste sistema já apodrecido em suas bases, a burguesia tenta de todas as formas impedir a organização do proletariado. A História da luta de classes mostra que não só é possível como também inadiável a ação revolucionária dos trabalhadores na derrocada do atual sistema com a implantação do socialismo.

As potências imperialistas que dirigem a União Europeia apostam no desenvolvimento de políticas reacionárias e na colaboração mútua para consolidar o projeto da Zona do Euro. Na preparação da defesa dos interesses dos monopólios estadunidenses e europeus são disponibilizados recursos cada vez maiores para a nova corrida armamentista, enquanto que para a população

sobram a retirada dos direitos conquistados, redução salarial e desemprego. A União Europeia é o projeto dos governos e partidos políticos representantes dos monopólios para garantia dos lucros crescentes através de severas medidas políticas contra os trabalhadores, adotando o neoliberalismo como doutrina econômica.

Os países membros da OTAN, como Estados Unidos e Alemanha, preparam a nova fase expansionista voltada para a África, Ásia e América Latina na disputa contra as imperialistas Rússia e China. A recente manifestação favorável dos Estados Unidos sobre a necessidade de um maior aporte ao orçamento da OTAN e as declarações de Merkel (Alemanha) e Macron (França) sobre a criação de um ‘exército europeu’ reforçam os planos belicistas dessas potências na disputa por mercados e na garantia de suas zonas de influência.

A propaganda da UE como uma construção para a paz e prosperidade dos povos torna-se insustentável. A farsa difundida esbarra na realidade. A desilusão das massas com o projeto neoliberal e imperialista é refletida nos últimos referendos.

Neste cenário político de incertezas surgem diversas forças que tentam consolidar sua linha ideológica junto às massas. O desmascaramento do neoliberalismo e a traição por parte da esquerda reformista (Syriza, Podemos, etc.) deixaram um espaço que não tardará em ser preenchido. Este espaço surge tanto para as organizações revolucionárias da classe proletária como também para os partidários da direita populista. Estes últimos aproveitam o fértil terreno preparado pela socialdemocracia para a ascensão do fascismo e propagam seus discursos demagógicos e suas doutrinas racistas e xenófobas, despejando sobre os imigrantes e refugiados a culpa pelo atual cenário econômico, ocultando o caráter de classe da luta contra a UE e desviando o foco da luta contra a burguesia, verdadeira responsável pela crise mundial.

A política de conciliação com as elites no programa de governo dos ditos partidos de centro-esquerda da América Latina abre caminho para o fortalecimento dos mais retrógrados projetos da socialdemocracia. Na prática, esses governos negam a necessidade da derrocada da burguesia e desarmam os trabalhadores da luta contra a propriedade privada dos meios de produção, propagando a ilusão de que é possível chegar ao socialismo, ou até melhorar o capitalismo, através da colaboração com as classes dominantes. Por não despejarem sobre os capitalistas as consequências da crise provocada por estes, promovem entre outras medidas a retirada de direitos dos trabalhadores, além de privatizações, na tentativa de preservar a aliança com as elites. Não sendo os representantes legítimos da burguesia, acabam sabotados pelas camadas abastadas insatisfeitas com a continuidade dos programas sociais e ávidas por verem implementadas medidas ainda mais severas contra os trabalhadores. Começa então a guerra midiática da burguesia promovendo o

desgaste através da divulgação de escândalos de corrupção e manifestando de forma demagógica a preocupação com a crise econômica, apresentada como fruto da incapacidade administrativa do representante eleito, e não do sistema capitalista.

No Brasil, a quadrilha de Eduardo Cunha e Michel Temer conseguiu derrubar Dilma Rousseff através de um golpe parlamentar, com apoio dos corruptos do poder Judiciário, e assim avançaram com a pauta das contra-reformas da Previdência e Trabalhista. Na Venezuela, embora com um projeto mais avançado que o do Brasil, a tolerância à burguesia como pretensa colaboradora permitiu o fortalecimento de setores do empresariado, a ponto de promoverem o desabastecimento e a desestabilização do governo de Maduro. Assim são ampliadas as investidas do neoliberalismo na retomada do processo de neocolonização, com espaço para os imperialismos russo e chinês, porém com os EUA ainda hegemônicos. Na América Central, Cuba ainda permanece como reduto do socialismo, a despeito do que afirmavam os capitalistas sobre a queda do regime após a morte do destacado dirigente da Revolução Cubana, Fidel Castro.

A DISPUTA PELOS RECURSOS ENERGÉTICOS

Com o avanço da indústria moderna aumenta a necessidade de energia em todos os aspectos. Na sociedade capitalista, onde o mercado e a produção tem a finalidade de obtenção de lucro, a produção e a transferência de energia se convertem em um setor promissor, devido ao seu rápido desenvolvimento na economia. Por esta razão as fontes de energia, sua transferência e a logística envolvida tornam-se cada vez mais importantes estrategicamente.

Apesar do desenvolvimento no aproveitamento da energia nuclear, solar e eólica os combustíveis derivados do petróleo continuam com seu lugar de destaque entre as fontes de energia mais importantes. Ainda não há produto que substitua os derivados do petróleo como combustível, da mesma forma que estes substituíram o carvão. Além disso os demais produtos da petroquímica são importantes matérias primas para outros setores da indústria. O controle dos recursos do petróleo e gás natural, a logística e sua transformação em energia são muito importantes para as classes dominantes. Os maiores campos de petróleo e gás natural estão localizados nos Estados Unidos, Venezuela, Noruega, Rússia, Oriente Médio e Norte da África. Com a descoberta do Pré-Sal pela Petrobrás no governo Lula, o Brasil entrou para a seleta lista dos grandes detentores de reservas, chegando a ocupar a terceira posição no cenário mundial, após Venezuela e Arábia Saudita. Por ser uma região de imensa importância geopolítica no cenário energético, o Oriente Médio continua sendo uma área em disputa pelos países imperialistas e o capital financeiro internacional. O controle das fontes e rotas da energia além

de fundamental importância no suprimento das necessidades energéticas pode significar o sufocamento dos países rivais na limitação de sua expansão.

A Rússia aumentou sua presença militar e se viu obrigada a dirigir a intervenção militar na guerra da Síria desde 2015. Nessa rota de extrema importância no Oriente Médio a possibilidade de que seu único aliado se debilitasse e chegasse ao colapso obrigou a Rússia a entrar em ação. Com esta deliberação a Rússia enviou um claro recado aos EUA e seus aliados, mostrando que não abandonaria a disputa pela região como ocorreu na Líbia. A intervenção russa intensificou sua influência na região. Ao mesmo tempo em que envida esforços para tirar proveito das lutas internas entre os grupos armados em disputa na Líbia, a Rússia também melhorou suas relações com o Irã e vem tentando avançar nas relações com Turquia, Egito, Arábia Saudita e Qatar, países da região da qual os EUA sempre dependeram.

Com sua crescente demanda por energia e matérias primas, a China firmou novos acordos principalmente com Rússia e Irã a fim de assegurar o suprimento de suas necessidades energéticas. Chegou a investir cerca de 56 bilhões de dólares em projetos com a intenção de estabelecer uma rota comercial entre o sudoeste do Paquistão e o oeste da China.

Os Estados Unidos e aliados intensificam sua atuação para aumentar as possibilidades de intervenção no Oriente Médio, claramente para tentar neutralizar a Rússia e prevenir-se do desequilíbrio na correlação de forças na região. Como medidas foram estabelecidas novas bases militares na Síria, mobilização de tropas no Iraque e outros países da região. Apesar de evitar o confronto direto, EUA e Rússia vem travando confrontos indiretos com o uso de forças locais, repartindo cada centímetro da Síria e testando novos armamentos.

Nessa disputa das grandes potências imperialistas surgem ainda os interesses das forças reacionárias locais como as que dominam o cenário político na Turquia, sob a direção de Erdogan e seus ataques aos direitos de autodeterminação dos povos, como acontece contra os curdos. As ações de Arábia Saudita, Israel e França vão no sentido de enfraquecer a influência do Irã na região. Para os EUA o objetivo a curto prazo é criar as condições para que os ganhos da Rússia na Síria se tornem relativos.

TEMER, O LACAIO DA ELITE GOLPISTA

O quadro internacional da guerra pelos recursos energéticos evidencia que a descoberta do Pré-Sal atraiu os interesses estrangeiros no fortalecimento do golpe.

O vazamento de informações e documentos que comprovam a preparação por José Serra dos projetos de lei para entrega das reservas nacionais derrubam

por terra as tentativas de desacreditar as fontes sob a acusação de “teoria da conspiração”.

Entretanto a ascensão de Michel Temer não carrega somente os interesses por nossos recursos naturais abundantes. A burguesia nacional encontrou a oportunidade de usar um laçao como ponta de lança do projeto de destruição dos direitos dos trabalhadores com a retomada do projeto neoliberal, de forma ainda mais avassaladora do que o inicialmente encabeçado por Fernando Henrique Cardoso.

Foram muitas as medidas de Temer em favor das elites. O empenho do golpista na destruição da CLT, na propaganda pelas contra reformas da previdência e trabalhista, nos cortes de programas sociais, nos leilões e dilapidação do patrimônio público, além do perdão da dívida a bancos e empresários, trouxe um retrocesso aos trabalhadores jamais imaginado, pelo menos não para um intervalo de tempo tão curto.

Somente no primeiro semestre de 2017 o governo federal gastou nada menos que R\$ 270 bilhões com os juros da dívida. Segundo a Contraf-CUT no ano de 2017, em apenas 90 dias, o governo garantiu o perdão da dívida de aproximadamente R\$ 30 bilhões do Bradesco, Itaú e Santander.

Os ruralistas também levaram a sua parte nessa farrá. Em julho de 2017 Temer reverteu R\$ 9 bilhões de multas ambientais em prestação de serviços, sancionando sem vetos uma lei que na prática anistiou a grilagem.

Sob o pretexto da modernização da legislação trabalhista o ilegítimo presidente garantiu ao empresariado a terceirização irrestrita. Essa medida aliada à destruição da Justiça do Trabalho possibilitará enormes ganhos pelo empresariado com a precarização das condições de trabalho. A falácia do argumento da geração de empregos, utilizada como justificativa, esbarra na realidade de 14 milhões de desempregados. No novo cenário os trabalhadores terão que se submeter a condições de exploração cada vez maiores a fim de conseguir inserção no mercado.

Todas essas medidas explicam como Temer, com a popularidade em 3%, é mantido na presidência. A benevolência para com as elites será bancada pelos mais pobres. O equacionamento do déficit nas contas do governo será feito com a crescente retirada de direitos e o fim dos investimentos para os próximos 20 anos com a PEC do teto.

O CAMINHO DA CONCILIAÇÃO PREPARA O GOLPE

Eleito duas vezes presidente da República com grande apoio popular Luiz Inácio Lula da Silva garantia na Carta aos Brasileiros, de 22 de junho de 2002, seis meses antes de assumir a presidência, que seu governo nada faria que pusesse em ameaça os interesses da classe exploradora, proprietária dos meios de produção, dos bancos e dos meios de comunicação.

Ao final de oito anos de governo, apesar de ter mais de 80% de aprovação popular, Lula não fez as necessárias reformas estruturais. Com a indicação de Henrique Meirelles à presidência do Banco Central e a manutenção da política de superávit primário garantiu o fortalecimento dos banqueiros e o mecanismo de transferência da riqueza da nação para a oligarquia financeira; ampliou o domínio do agronegócio sobre a agricultura e se posicionou contra a investigação dos roubos ocorridos nas privatizações do tucano FHC.

Mantidos os benefícios das elites sob o regime capitalista e a aliança com partidos como PMDB, a evolução do número de desempregados durante os mandatos de Dilma é ascendente.

Segundo pesquisa do IBGE, no final do primeiro governo de Dilma, em 2014, o Brasil tinha 6,5 milhões de desempregados.

Numa economia capitalista é impossível acabar com a pobreza. Em 2016 havia no Brasil 13,34 milhões de pessoas vivendo abaixo da linha de pobreza extrema (pessoas que sobrevivem com menos de R\$ 40 por mês). Em 2017, já com o golpista Temer, esse número atingiu 14,83 milhões. O IBGE aponta um crescimento do PIB de 1% no período, enquanto que os números da pobreza extrema aumentaram 11%. Somente de 2014 a 2016, os bancos Itaú, Santander, Banco do Brasil e Bradesco tiveram lucros líquidos de mais de R\$ 160 bi. Por outro lado o salário dos trabalhadores teve seu valor real reduzido em 15,3% de 2008 a 2015, conforme estudo apresentado pela consultoria Korn Ferry. Segundo a OIT somente em 2015 o salário do trabalhador brasileiro teve uma queda de 3,7%, a maior redução das Américas.

O PC do B mostrou-se um ferrenho defensor da conciliação de classes. Com efeito, em café da manhã que tomaram juntos no dia 7 de outubro de 2010, Michel Temer e Renato Rabelo, presidente do PC do B, expressaram na ocasião “essa aliança é necessária para êxito eleitoral e governar o país”. Também o ex-vice-presidente nacional do PC do B, Aldo Rebelo, falando em nome do seu partido, declarou inúmeras vezes que não existia nenhuma possibilidade de ter no Brasil um governo apenas com a esquerda. Coerente com essa linha, alguns meses após sair do PC do B, Aldo Rebelo filiou-se ao Solidariedade, partido da Força Sindical e que tem como plataforma principal a defesa intransigente dos lucros dos patrões. A política do comitê central do PC do B manifestou-se claramente como entreguista do patrimônio nacional,

conforme atuação de Haroldo Lima à frente da ANP nos leilões dos campos do Pré-Sal. Por seus serviços prestados aos oligopólios estrangeiros, Haroldo Lima chegou a ser cogitado por José Serra para defender o lesa pátria PLS 131, durante as comissões na Câmara dos Deputados

IMOBILISMO DAS LIDERANÇAS

Em 2003, o primeiro ano do governo de Lula, ocorreram 340 greves. Nos anos seguintes o número de greves não teve grandes alterações. Foi um período de refluxo das lutas, no qual a indicação de Luiz Marinho, presidente da CUT, ao Ministério do Trabalho, trazia o lema “paz entre as classes”, um prenúncio do que seria a postura que priorizava as negociações e acordos em vez das passeatas e greves, que quando aconteciam duravam breves períodos.

O que se viu nos últimos anos por parte dos dirigentes das centrais sindicais de esquerda foi o afastamento da luta de massas, dos movimentos sociais e da militância combativa e consciente, tendendo ao “sindicalismo de resultados”. No movimento estudantil ocorre situação semelhante, constatada pelo imobilismo de entidades com a UNE e UBES, que optaram pela política de gabinetes em detrimento da mobilização da juventude contra a privatização da educação e da luta por seus direitos.

Em 2009, quando o Brasil começou a sentir os primeiros efeitos da mais recente crise do capitalismo mundial, ocorreram 518 greves. Em 2013, no terceiro ano do governo Dilma, ano que ficou conhecido pelas jornadas de junho, as greves tiveram uma enorme ascensão, atingindo 2050 paralisações e mobilizando mais de dois milhões de trabalhadores.

Em 2014 e 2015 as mobilizações continuaram crescendo e no ano de 2016 o total chega a novo recorde de 2093 greves, evidenciando que os trabalhadores preferiram a luta como caminho principal para conquistar melhores salários e condições de trabalho.

A política de harmonia entre as classes desarmou militantes de sindicatos e de movimento populares. Com efeito, a maioria dos dirigentes sucumbiu à burocratização, transformando-se naquilo que Engels chamou de aristocracia operária. Isso ficou demonstrado na incapacidade que tiveram de organizar uma greve geral ou realizar grandes manifestações para libertar da prisão uma das principais lideranças sindicais e políticas da história do país, eleito duas vezes presidente da República.

A JUSTIÇA BURGUESA E AS FORÇAS ARMADAS VIABILIZAM O GOLPE

O golpe de 2016 que tirou do poder a presidenta Dilma Roussef, eleita pela maioria dos brasileiros, teve como um dos principais protagonistas o poder Judiciário.

A manobra no parlamento orquestrada por quadrilhas de deputados e senadores corruptos não seria possível sem a atuação do STF. Os arquitetos do impeachment de Dilma encontraram terreno fértil na crise econômica e na opção pelo abandono da tarefa de politização das massas. Trouxeram à pauta todo o pacote de medidas para destruir a soberania nacional e os direitos conquistados pelos trabalhadores.

A operação Lava Jato conduzida pelo midiático juiz e agente do governo estadunidense Sérgio Moro desferiu graves ataques contra a Petrobrás. A contribuição de Moro ao desgaste da estatal e à entrega das reservas de petróleo nacionais é reconhecida e premiada por instituições nos EUA.

A parcialidade de Moro e a politização de suas ações tornam-se cada vez mais evidentes. Em consonância com os ministros do Supremo, viabilizou em tempo recorde a prisão política de Lula, com o objetivo de inviabilizar sua disputa nas eleições. Enquanto Lula é mantido encarcerado de forma arbitrária a Lava Jato e o STF desviam-se das evidências que cabalmente condenariam corruptos como Temer, Aécio Neves, Eliseu Padilha, Moreira Franco, Renan Calheiros, Romero Jucá, Alckmin, José Serra e FHC.

De fato, na atual e mais profunda crise do imperialismo desde a Segunda Guerra Mundial a grande burguesia nacional e estrangeira, as grandes corporações mundiais, necessitam o mais rápido possível impor um governo fascista no Brasil que assegure lucros extraordinários à classe capitalista, dominação dos países sobre as riquezas da nação, o petróleo, a água e demais recursos, e repressão feroz contra o movimento operário e popular.

O comandante do Exército, general Villas Boas, recorreu, de forma inusitada, às redes sociais em mais de uma ocasião, uma delas às vésperas do julgamento do HC de Lula, a fim de levar segundo nota “o posicionamento institucional da Força... sobre os temas que considera relevantes”. Entretanto o mesmo general, como autoridade responsável por expressar as resoluções dos militares, jamais fez manifestação pública sobre a entrega do Pré- Sal para as gigantes estrangeiras ou sobre a criminosa política de refino de Pedro Parente/Ivan Monteiro, que coloca em risco a segurança energética nacional, na medida em que torna o Brasil dependente de importações.

Também não se ouviu qualquer rechaço por parte do general Villas Boas contra as declarações de seu colega de farda general Mourão, quando em palestra divulgada pelas redes assumiu posicionamento favorável à entrega da Amazônia a estrangeiros; pelo contrário, foram só elogios ao entreguista.

As Forças Armadas, assim como o Judiciário, dão sustentação ao golpe. Em áudio entregue por Sérgio Machado, o senador Romero Jucá, membro da mesma quadrilha, relatava o acordo com os generais para agir contra os movimentos sociais no episódio do golpe em 2016.

O braço armado da burguesia atuará sempre em defesa dos interesses das elites corruptas. As armas desses falsos patriotas e das milícias estarão sempre apontadas contra o povo e não medirão esforços para intervir quando convocados pela burguesia e pelas camarilhas instaladas no parlamento, a exemplo da desastrosa campanha de intervenção militar do Rio de Janeiro, na infrutífera tentativa de salvar a imagem do governo golpista de Michel Temer e no caso do assassinato de Mariele Franco.

Foi assim em 1964, quando os militares golpistas agiram com o apoio dos EUA, para impedir o avanço das conquistas dos trabalhadores e sua conscientização política. Os crimes cometidos pelos militares fascistas durante os 21 anos de duração do golpe voltaram à tona nos relatórios da Comissão da Verdade, criada no governo Dilma, medida que causou grande insatisfação por parte dos torturadores fardados.

O PAPEL DOS PETROLEIROS NA LUTA CONTRA A PRIVATIZAÇÃO

A fim de assegurar da forma mais tranquila possível a entrega das reservas de petróleo da Petrobrás e o fim de sua atuação no mercado interno, o pós-golpe escolhe a dedo um experiente nome em matéria de entreguismo: Pedro Parente.

Em maio de 2016, o neoliberal recebe de Temer, ainda interino, uma segunda oportunidade para continuar o trabalho que não conseguiu terminar no governo FHC. Segundo estudos, as isenções e reduções de impostos concedidos pelo governo às petrolíferas estrangeiras, resultado do lobby da Shell, causarão em 25 anos perdas de R\$ 1 trilhão ao Brasil.

Pedro Parente assume a presidência da Petrobrás, detentora de uma reserva gigantesca na camada Pré – Sal, estimada em 176 bilhões de barris e com alto potencial de expansão da produção. Vale ressaltar que, segundo a Reuters, os recursos totais de petróleo e gás descobertos em 2016 atingiram pouco mais de 6 bilhões de barris de óleo equivalente.

Para a implementação do seu plano de desmonte o cenário político não podia ser mais favorável. A campanha midiática de massacre à Petrobrás, alvo da operação Lava Jato, ocultava o cenário geopolítico internacional e apontava os efeitos da queda do barril de petróleo e da variação cambial sobre a estatal, como resultado da corrupção.

De fato, a expansão da produção de petróleo pela Arábia Saudita ao mesmo tempo em que tinha como alvo os concorrentes do fracking, atendia os interesses dos EUA em desestabilizar as economias de países rivais produtores de petróleo, como a Venezuela e Rússia.

Documentos vazados pelo Wikileaks das informações trocadas entre Serra e a Chevron revelam que o Brasil já era alvo deste plano. A operação única da Petrobrás no Pré – Sal e o modelo de partilha eram incômodos para o governo estadunidense. A troca de informações do tucano era mantida desde 2008. No mesmo ano a Quarta Frota da Marinha dos EUA, com atuação no Atlântico Sul foi reativada.

Foi sob a argumentação de dificuldades financeiras da Petrobrás que se intensificou o processo de privatização. José Serra fez uso disso para aprovar a lei 13.365/2016 que revoga a obrigatoriedade da participação da Petrobrás na exploração da camada Pré-Sal.

Conforme nota da FUP, os indicadores financeiros apresentados pela Petrobrás no primeiro trimestre de 2018 revelam o tamanho do desmonte sofrido. O lucro de R\$ 6,96 bilhões anunciado pela gestão Parente é resultado das privatizações, que engrossaram em R\$7,5 bilhões o caixa; da redução dos investimentos, que encolheram R\$5 bilhões em relação ao último trimestre de 2017 e da subida do barril do petróleo.

A FUP ainda ressalta que o refino foi um dos setores mais afetados com a redução dos investimentos, que despencaram de R\$ 1,1 bilhão para R\$589 milhões, o que fez com que a empresa reduzisse ainda mais a carga processada nas refinarias, perdendo mercado para as concorrentes, com queda de 7% na venda de derivados. O lucro comemorado pelo mercado representa na realidade o maior prejuízo da história do Sistema Petrobrás, cuja conta é paga pelo povo brasileiro.

A resposta ao golpismo de Pedro Parente veio nas assembleias ocorridas entre os dias 01 e 14 de maio. Os petroleiros da base de representação do Sindipetro Ceará aprovaram a proposta de greve encaminhada pela FUP e sindicatos filiados.

A aprovação da greve refletiu a insatisfação dos petroleiros cearenses com a imposição de uma política danosa à Petrobrás e com o quadro geral das unidades no Ceará devido à redução drástica do número de efetivos, realidade vivida hoje nas unidades em Paracuru, Lubnor e Fazenda Belém. O injusto equacionamento do Plano Petros 1 imposto pela gestão Pedro Parente também contribuiu para o aumento da insatisfação da categoria. Com esse resultado os petroleiros cearenses expressaram seu repúdio à farra dos oligopólios, que já arremataram plataformas, campos de petróleo do Pré- Sal, fábricas de fertilizantes e gasodutos operados pela Transpetro.

Com a mobilização dos caminhoneiros em curso e ainda sem uma data marcada para a greve, petroleiros de todas as unidades do país decidiram deflagrar uma paralisação de alerta em defesa dos empregos e contra o desmonte da Petrobrás provocado pela criminosa política de preços de Pedro Parente.

Penalizados pelo preço absurdo do gás de cozinha, da gasolina e do diesel, trabalhadores de todo o país manifestaram apoio à mobilização dos caminhoneiros e petroleiros, o que permitiu espaço para debates e entrevistas onde representantes dos sindicatos de petroleiros puderam apontar os reais motivos por trás dos aumentos diários do combustível.

Essa oportunidade proporcionou uma aproximação da pauta da soberania nacional defendida pelos petroleiros com os anseios da sociedade em geral.

Tendo em vista a repercussão alcançada pelas mobilizações e com o objetivo de estancar qualquer possibilidade remota de evolução para uma greve geral, o governo Temer utilizou o Judiciário para criminalizar a paralisação de petroleiros antes mesmo do seu início.

Mesmo com pesadas multas contra os sindicatos e pedidos de prisão e investigação de dirigentes sindicais petroleiros pela Polícia Federal, a pressão obrigou o governo a demitir Pedro Parente.

O apoio dado pela população mostra que é possível contar com as camadas mais penalizadas pela política de Temer na greve por tempo indeterminado.

As medidas do governo golpista serão duras. As multas e o aparelho repressor da polícia ameaçam os sindicalistas desde a paralisação. Porém, quanto mais trabalho de base e de conscientização da sociedade forem realizados efetivamente, mais chances teremos de sair vitoriosos do confronto inevitável com o governo entreguista. Os petroleiros somente conseguirão êxito com o apoio dos trabalhadores de todas as categorias e dos movimentos populares.

A diretoria do Sindipetro Ceará vem intensificando sua participação em entrevistas para veículos de comunicação de vasto alcance e nas mídias sociais. O programa Nação Petroleira tem cumprido um importante papel na divulgação da pauta da soberania. É necessário que os dirigentes do Sindipetro Ceará intensifiquem o trabalho de formação nas escolas e bairros a fim de conseguir o máximo de adesão de estudantes e trabalhadores na luta por uma Petrobrás que realmente sirva aos trabalhadores brasileiros.

A construção de uma greve geral é urgente para barrar o projeto entreguista das elites e conseguir a anulação de todas as reformas do ilegítimo governo Temer contra os trabalhadores. Na construção dessa luta os petroleiros tem papel destacado.

